



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA

Autorizada pelo Decreto Federal nº 77.496 de 27/04/76
Recredenciamento pelo Decreto nº 17.228 de 25/11/2016



PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
COORDENAÇÃO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA

XXIX SEMINÁRIO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA UEFS **SEMANA NACIONAL DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA - 2025**

Itinerários formativos do Novo Ensino Médio (NEM): entre os interesses dos jovens e os interesses do capital

Ellen Oliveira Silva¹; Ivan Faria²

1. Ellen Oliveira Silva, PIBIC/CNPq, PEDAGOGIA, e-mail: souellenoliveira@gmail.com

2. Ivan Faria, DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO, e-mail: ivanfaria@uefs.br

PALAVRAS-CHAVE: ensino médio; itinerários formativos; juventude.

INTRODUÇÃO

O Ensino Médio é historicamente marcado por dilemas e desafios acerca da sua própria identidade, com indefinições quanto a sua proposta de formação geral propedêutica ou profissionalizante, a sua estruturação curricular baseada em conteúdos comuns ou optativos, a oferta de cursos de turno parcial ou integral, dentre outros (Feldeman; Krawzyck, 2019). Além dos problemas socioeconômicos que afetam a escolarização de jovens, o Ensino Médio há muitos anos vem enfrentando uma crise de sentido entre aqueles que são seu público-alvo.

No chamado Novo Ensino Médio (NEM), segundo Cassio e Goulart (2022, p.530), “A livre escolha” prometida aos/às estudantes é estritamente limitada pelas condições materiais da rede de ensino e, sobretudo, das escolas”. E uma vez que tais condições não estão sendo substantivamente alteradas com a reforma, a liberdade de escolha continuará sendo um privilégio daqueles/as que sempre gozaram dela: estudantes das escolas privadas provenientes das elites, das classes médias e, como mostram os dados analisados na pesquisa, estudantes da rede estadual mais privilegiados.

Diante disso, o presente trabalho tem como objetivo geral discutir de que modo tem se dado a implementação da proposta de itinerários formativos nos currículos das escolas públicas de Ensino Médio da rede estadual da Bahia. Como objetivos específicos foram elencados: analisar as diretrizes nacionais e estaduais para a construção e oferta dos itinerários formativos nos currículos do NEM; discutir como tem ocorrido a oferta e a estruturação dos diferentes itinerários formativos pelas escolas e de que modo os estudantes têm feito suas opções; analisar como como docentes do NEM avaliam a

experiência de implementação dos itinerários formativos; discutir as potencialidades e limites do atual da incorporação dos itinerários na formação dos discentes do NEM.

Para fundamentar a pesquisa buscou-se inicialmente abordar criticamente as mudanças na estrutura curricular do NEM e o processo de implementação dos itinerários formativos. O Novo Ensino Médio (NEM) é uma reforma educacional instituída no Brasil pela Lei nº 13.415/2017, cujo objetivo principal preconizava modernizar o currículo do ensino médio, a fim torná-lo mais atrativo para os jovens e aproximá-lo das necessidades do mundo do trabalho e da vida em sociedade contemporânea. A proposta surgiu a partir da constatação, feita por órgãos governamentais, como o MEC (Ministério da Educação), amparado por instituições privadas de que o modelo anterior era considerado engessado, com excesso de disciplinas obrigatórias e pouco alinhado aos interesses e projetos de vida dos estudantes.

Apesar das “boas intenções”, o NEM tem sido alvo de diversas críticas. Para Fernando Cássio (2024), integrante da Rede Escola Pública e Universidade (REPU), o Novo Ensino Médio tem se mostrado “irrealizável” na prática, produzindo uma verdadeira “miséria educacional” ao não oferecer condições estruturais para que a flexibilização curricular seja efetiva. Os itinerários são conjuntos de disciplinas e experiências educativas oferecidos no ensino médio que permitem ao estudante aprofundar seus conhecimentos em áreas de interesse, articulando saberes gerais e específicos, com vistas à sua formação integral e à preparação para a vida acadêmica, profissional e cidadão

Ele evidencia que os itinerários formativos, em muitas escolas, sequer contam com professores designados de forma adequada, o que compromete a qualidade da aprendizagem.

METODOLOGIA

O presente plano de trabalho adotou uma metodologia qualitativa, que envolveu análise documental de pareceres do Conselho Estadual de Educação (CEE) e do Documento Curricular Referencial da Bahia – Etapa Ensino Médio, e a sistematização e interpretação de dados empíricos obtidos com a realização de grupos de discussão (GD) com docentes e discentes de três escolas públicas da rede estadual da Bahia: duas na capital, sendo uma que oferece turno integral (Escola A) e outra ensino noturno (Escola B) e um colégio do campo em uma cidade do Portão do Sertão, que oferece o noturno.

O material empírico foi analisado com base na proposição da pesquisa social reconstrutiva, que prevê níveis de análise gradativos, incorporando não apenas textos transcritos, mas também marcadores contextuais do discurso

ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

As análises foram organizadas em dois blocos temáticas: a estruturação do novo currículo e os itinerários formativos. Quanto à estruturação do novo currículo, os estudantes das escolas apontam como principais problemas a retirada ou redução de disciplinas essenciais, como redação, matemática e física, fragmentação do currículo e a falta de clareza sobre os objetivos dos itinerários formativos. Na escola C, o foco das críticas está na ausência de explicação e clareza; Na Escola B, destacam a falta de preparo para o ENEM em comparação com escolas privadas; enquanto na Escola A, apontam a sobrecarga de atividades e superficialidade das chamadas Estações do saber, que são uma metodologia de ensino pensada para tornar as aulas mais dinâmicas e atrativas. Nessa proposta, a sala de aula é organizada em diferentes espaços ou estações temáticas, cada uma com uma atividade específica voltada para o mesmo tema ou eixo de conhecimento. Os estudantes são divididos em grupos e circulam entre as estações, vivenciando experiências diversas, como leitura de textos, debates, resolução de problemas, experimentos práticos, análise de vídeos ou uso de recursos digitais. Essa metodologia busca estimular o protagonismo estudantil, diversificar as formas de aprendizagem e aproximar os conteúdos da realidade dos discentes, rompendo com a lógica tradicional de aulas exclusivamente expositivas.

Já os docentes destacam a ausência de diálogo, a falta de formação e a percepção de que os itinerários foram impostos sem planejamento coletivo. Enquanto a escola C o foco recai sobre a imposição curriculares, na escola B a crítica se volta para a burocratização e desarticulação, e na escola A o destaque está na sobrecarga e superficialidade das estações do saber. As estações do saber são atividades ou espaços pedagógicos criados para diversificar as experiências. Com os itinerários formativos, observa-se convergência na percepção docente de que a oferta dos itinerários é limitada, pouco clara e insuficientemente apoiada por materiais e formações específicas. E, os discentes compartilham a percepção de que a oferta dos itinerários é insuficiente para atender às suas reais necessidades formativas.

Apesar de experiências pontuais consideradas positivas, como o Projeto Pé na Estrada e as oficinas culturais e esportivas em uma das escolas, o conjunto da oferta

itinerários não garantiu diversidade nem protagonismo estudantil. Pelo contrário, gerou frustrações relacionadas à sobrecarga, à ausência de preparação para exames seletivos e à percepção de desigualdade em relação às escolas privadas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É evidente, portanto, a partir da base teórica e análise dos grupos de discussão com as três escolas baianas que a implementação dos itinerários formativos não alcançou, na prática, o objetivo de promover uma formação mais flexível, personalizada e conectada aos projetos de vida dos estudantes. Tanto docentes quanto discentes percebem a proposta como limitada, fragmentada e insuficientemente articulada ao currículo básico, revelando uma distância significativa entre o discurso oficial e a realidade das escolas.

Portanto, para que os itinerários formativos cumpram sua função de ampliar as oportunidades educacionais, é essencial que sejam acompanhados de políticas públicas que garantam infraestrutura adequada, equidade na oferta, valorização dos saberes locais e formação crítica dos estudantes. Sem esses elementos, o que deveria ser uma ferramenta de emancipação pode se transformar em mais um instrumento de exclusão.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular: Ensino Médio**. Brasília: MEC, 2018. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>. Acesso em: 17 ago. 2025.

CÁSSIO, Fernando. O Novo Ensino Médio está produzindo uma miséria educacional. **Jornal de Brasília**, Brasília, 07fev.2024. Disponível em: <https://jornaldebrasilia.com.br/noticias/brasil/o-novo-ensino-medio-esta-produzindo-uma-miseria-educacional-diz-especialista/>. Acesso em: 17 ago. 2025.

CÁSSIO, F.; GOULART, D. C. . Itinerários formativos e 'liberdade de escolha': Novo Ensino Médio em São Paulo. **Retratos da escola**, v. 16, p. 509-534, 2022.

CELLARD, A.. A análise documental. In: POUPART, Jean et al (Orgs.). **Pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis: Vozes, 2014.

FELDEMANN, S.; KRAWCZYK, N. O ensino médio brasileiro ao gosto do empresariado. Políticas Educativas - **Revista do Programa de Políticas Educativas do Núcleo Educação para a Integração da Associação de Universidades do Grupo Montev**, v. 12, p. 36-46, 2019.